

# Aureliano quer apressar Carta para garantir eleições-88

Da Sucursal de Brasília

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, quer que a próxima eleição presidencial seja em 1988. Esta foi uma das razões que invocou ontem para defender a aceleração dos trabalhos do Congresso constituinte. "Teria 'n' razões, esta é mais uma", disse. "Se a Constituinte demorar demais perturbará a eleição em 1988, particularmente a de presidente da República", acrescentou.

É a primeira vez que Aureliano torna pública sua posição a respeito, embora o tenha feito provavelmente por um deslize involuntário. Na entrevista de fim de ano que concedeu de manhã em seu gabinete, o ministro também cobrou do PMDB a indicação do novo ministro da Fazenda, no lugar de Bresser Pereira. "O PMDB até agora sempre indicou o ministro da Fazenda, não há porque deixar de ter agora essa responsabilidade", disse.

Até então, sempre que falava do mandato do presidente Sarney, Aureliano dava declarações diplomáticas. Dizia que acataria o que fosse decidido pelo Congresso constituinte. Ontem, indiretamente, ele revelou sua opinião, quando o repórter da Folha perguntou se uma eventual decisão pelas eleições em 1988 não estará inviabilizada caso a Constituição seja promulgada só em maio ou junho.

Aureliano respondeu: "Se a Constituinte demorar demais perturbará a eleição em 1988, particularmente a de presidente da República. As eleições municipais estão definidas há muito tempo. A eleição para presidente é um fato novo. E para isso, seriam necessárias providências novas." A Folha perguntou então se esse não seria um motivo para adiantar os trabalhos do Congresso constituinte. O ministro acrescentou: "Seria mais uma razão para acelerar o processo. Teria 'n' razões, esta é mais uma."

Mas depois, Aureliano recuou. Quando uma repórter de rádio fez uma pergunta direta, se seria a favor das eleições em 1988, ele voltou às respostas tradicionais: "O mandato do presidente Sarney deve ser igual ao que for definido para os futuros presidentes. Não há razão para discriminá-lo. Primeiro, vamos votar o texto da Constituição; depois, vamos pensar em eleição."

Na longa entrevista de ontem, Aureliano falou a maior parte do tempo sobre assuntos específicos de seu ministério. Quando as perguntas passaram a ser sobre política, o



Aureliano dá entrevista em seu gabinete no Ministério das Minas e Energia

ministro inflamou-se. Fez uma espécie de chamamento à responsabilidade, endereçado tanto ao PMDB quanto ao PFL, partido do qual é presidente de honra, em relação ao governo Sarney.

Mas fez questão de separar o governo da figura pessoal do presidente. "Sarney não é o governo sozinho", disse. Ficou irritado quando falou sobre a hipótese de rompimento do PMDB com o governo, em função da queda de Bresser Pereira, e sobre o rompimento da Aliança Democrática, pelo PFL. "Este escapismo está tomando conta da sociedade brasileira, é um desastre."

Segundo Aureliano, "o PMDB tem

uma responsabilidade grande no governo", pois "tem o maior número de ministros", como tem responsabilidades o PFL, já que "também tem ministros no governo". Os dois partidos, disse, devem manter a sustentação política ao governo. Isso exige, segundo Aureliano, que o PMDB não fuja à responsabilidade de indicar o novo ministro da Fazenda.

O ministro provocou: "O presidente Sarney não é o responsável isoladamente pelo governo. E as alegrias do Plano Cruzado? Quem mais as compartilhou foi o PMDB. Até agora os ministros da Fazenda foram indicados pelo PMDB e devem ser indicados pelo PMDB. O ministro

## Ministro faz elogios a húngaros e Gorbachev

O ministro Aureliano Chaves — virtual candidato do PFL à Presidência — defende uma "terceira via" entre o capitalismo selvagem e o socialismo burocrático. Seus modelos: o peculiar socialismo húngaro e a pregação reformista do líder soviético Mikhail Gorbachev, fartamente elogiados em sua entrevista de ontem.

As curiosas observações de Aureliano foram provocadas por uma pergunta a respeito de privatização de empresas públicas, como as concessionárias de energia elétrica. Um repórter comentou: "Uma empresa privada, que visa lucro, vai querer aplicar uma política de tarifas sociais?"

### "Coisa do passado"

O ministro, surpreendentemente, fez uma digressão contra o capitalismo predatório. "Capitalismo sem visão social é coisa do século passado", disse. Reforçou sua tese citando o caso da Hungria, país que visitou há algumas semanas: "Os dirigentes húngaros têm uma visão muito moderna, eles estão a meio caminho entre o socialismo e capitalismo".

E foi em frente: "Esse negócio de filosofia marxista-leninista ou filosofia capitalista caiu de moda". Contra o socialismo burocrático, citou Gorbachev: "o socialismo dogmático, livresco, mata a criatividade, é isso que Gorbachev percebeu". Contra o capitalismo sem "visão social", abriu baterias: "Capitalismo que só visa lucro, não leva em conta o social, não sobrevive".

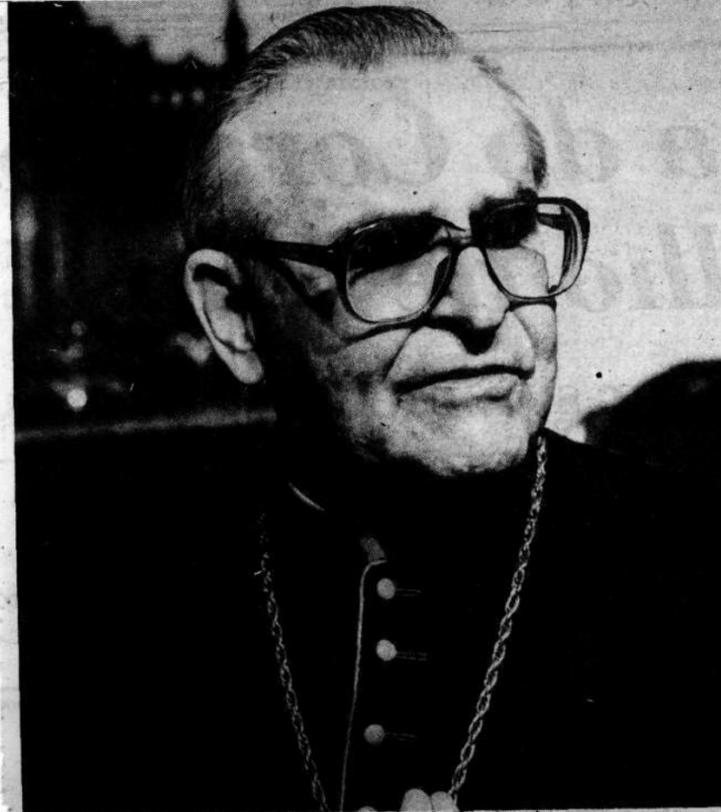
Bresser, a meu ver, estava fazendo um bom trabalho. O que houve foi um problema entre o presidente Sarney e o ministro Bresser."

Disse que tanto o PMDB quanto o PFL — cujos líderes principais criticam sistematicamente o governo — "têm que ter uma responsabilidade solidária nestas coisas". Para Aureliano, "o PMDB é o maior partido do governo e não pode alterar o esquema de participação no governo." Quando lhe observaram que os líderes do PMDB já disseram que não indicariam o novo ministro da Fazenda, Aureliano cortou: "Isso é um problema do PMDB com o presidente da República."

# D. Paulo pede que Sarney acate Constituinte

Vidal Cavalcante

Da Reportagem Local



O cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, em sua casa

Um apelo para que o presidente Sarney assuma a condição de governante de transição e respeite o que decidir o Congresso constituinte foi feito ontem por d. Paulo Evaristo Arns, 66, cardeal-arcebispo de São Paulo, ao transmitir sua mensagem de Natal. Como tem feito há dezoito anos, ao falar sobre a data, o cardeal traçou um quadro deste ano, com muitas críticas à situação de empobrecimento da população e a violência que enfrenta. Segundo d. Paulo, "a vontade do povo deve ser norma suprema e o presidente, uma pessoa sensível, que se diz servidora do povo, saberá respeitar a Constituinte".

Sobre a nova Constituição, ele afirmou que lamenta o fato de ainda não estar pronta. "O que foi feito é o que se tem de melhor. Acho o conteúdo desta nova Constituição razoável", afirmou. D. Paulo também defendeu a necessidade de eleições imediatas para presidente da República, traçando o perfil da pessoa que considera a indicada para mudar os rumos do país: "É fundamental que o presidente tenha credibilidade, para que o povo possa confiar nele nas horas mais simples e nos momentos de crise", disse, ressaltando a necessidade de o governante prever o que irá acontecer no futuro e trabalhar nesse sentido, além de unir o incentivo ao crescimento econômico e social com a

abertura de novos empregos e a justiça social.

Ao fazer um balanço deste ano, ele disse que, do ponto de vista político, 1987 foi um ano negativo, quando se presenciou a passagem de três ministros da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Dante de Oliveira, Marcos Freire e Jäder Barbalho, o atual) e a queda de três ministros da área econômica (João Sayad, do Planejamento, Dilson Funaro e Bresser Pereira, da Fazenda), "o que nos mostra que o governo não acertou". Na sua mensagem de final de ano, em que destaca a importância da esperança e do otimismo num momento de renovação como o Natal, d. Paulo citou também da necessidade de integração do homem com a natureza, condenando sua devastação, e dos idosos. "Os aposentados necessitam de uma solução para viverem com dignidade." Ele usou como exemplo a viúva de um ex-catedrático que até há poucos meses recebia CZ\$ 12,00 e hoje ganha CZ\$ 120,00 de pensão.

A proibição feita pelos bispos gaúchos aos representantes da União Democrática Ruralista (UDR), para que não frequentem as igrejas não foi criticada pelo cardeal. "Os bispos gaúchos são corajosos", disse. Ele negou que a atitude dos bispos tenha sido de discriminação. Para ele, é a própria UDR que faz a discriminação do trabalhador rural, uma vez que ele não participa da comunidade para a qual trabalha.